

**Processo nº 936/2019**

**Origem: CCT – CLICO**

**Assunto: Licitação – Pregão**

**Interessado: Adailton Luis Padilha**

**PARECER Nº 018/2018**

Trata-se de solicitação de análise de edital para abertura de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico do tipo menor preço por lote que almeja selecionar proposta para registros de preços cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios para os *campi* da UDESC de Joinville (CCT) e de São Bento do Sul (CÉPLAN).

De acordo com o art. 15, II da Lei 8.666/93 as compras, sempre que possível, deverão ser processadas através de sistema de registro de preços.

Para tanto, prevê o art. 86 do Anexo I do Decreto Estadual nº 2617/2009 que: “A licitação para Registro de Preços **será realizada nas modalidades de pregão ou concorrência, do tipo menor preço**, e será precedida de ampla pesquisa de mercado, passando os respectivos produtos ou serviços a terem seus preços registrados em ata”.

Ademais, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, a licitação na modalidade pregão poderá ser adotada para a aquisição de bens e serviços comuns.

Desta forma, correta a modalidade licitatória indicada na minuta do edital, em razão da possibilidade de descrição objetiva dos bens a serem adquiridos por meio de elementos usuais de mercado.

Quanto ao conteúdo do instrumento convocatório, além das disposições do art. 40 da Lei 8.666/93 e art. 3º, I c/c art. 4º, III da Lei 10.520/02, necessário observar ao que prevê o art. 90 do Anexo I do Decreto Estadual 2617/2009, *in verbis*:

*Art. 90. A elaboração do Edital para registro de preços deverá observar, no que couber, o disposto no art. 40 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e ainda, indicar o seguinte:*

*I - Unidade Gerenciadora e Unidades Participantes do respectivo registro de preços;*

- II - Descrição do objeto, explicitando o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;
- III - estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade do registro de preços;
- IV - prazo de validade da ARP;
- V - critérios de apresentação das propostas e de aceitação do objeto;
- VI - procedimentos para impugnação de preços registrados e controle das contratações;
- VII - as condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento e, complementarmente, nos casos de serviços, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados e deveres a serem adotados;
- VIII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;
- IX - as penalidades a serem aplicadas por descumprimento das condições estabelecidas.
- X - minuta da ARP;
- XI - minuta de contrato de fornecimento;
- XII - o preço unitário máximo que o órgão ou entidade se dispõe a pagar, por contratação, consideradas as estimativas de quantidades a serem adquiridas, e
- XIII - quando for o caso:
- a) condições para registros de preços de outros fornecedores, além do primeiro colocado;
  - b) modelo de planilha de composição de preços, para o caso de prestação de serviços; e
  - c) cotação mínima, no caso de bens.

Observa-se, com efeito, a regularidade procedimental frente aos documentos juntados.

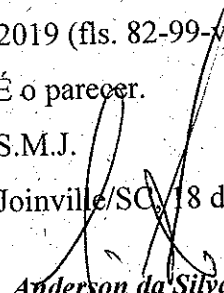
Outrossim, a previsão de que o processo licitatório é exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte cumpre as disposições dos arts. 47 e 48, I da LC 123/06, haja vista que o valor total estimado para a licitação não ultrapassa a quantia de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Ante o exposto, resta aprovada a minuta do edital (e anexos) do Pregão eletrônico 464/2019 (fls. 82-99-v).

É o parecer.

S.M.J.

Joinville/SC, 18 de fevereiro de 2019.

  
Anderson da Silva  
Advogado - OAB/SC 23.985